







RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
2020







ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

DESTAQUES 2020

-  Conselho da Amazônia recebe proposta de 6 ações para a queda rápida do desmatamento
-  Estudo mostra que é possível monitorar origem da carne na Amazônia e Cerrado
-  Avanços no crédito rural abrem caminho para mais sustentabilidade no campo
-  Brasil conquista sua política nacional de pagamentos por serviços ambientais
-  Congresso apresenta novo projeto de lei para concessões florestais
-  Conhecimento e transparência para iniciar a Década de Restauração pela ONU

ENGAJAMENTO DA REDE DA COALIZÃO

-  Fórum de Diálogo Desmatamento
-  Fórum de Diálogo Políticas Públicas e Instrumentos Econômicos
-  Fórum de Diálogo Agropecuária e Silvicultura
-  Fórum de Diálogo Floresta Nativa

INDICADORES DE COMUNICAÇÃO


EQUIPE DA COALIZÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

PERSPECTIVAS PARA 2021

AGRADECIMENTOS

SOBRE A COALIZÃO

..... 

Clique nos hiperlinks em azul e nos ícones ao longo do relatório para acessar os conteúdos:



APRESENTAÇÃO

Em cerca de cinco anos, a **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura** tem inovado ao reunir representantes do agronegócio, da sociedade civil, da academia e do setor financeiro em torno de um propósito comum. Temos a certeza de que o diálogo entre essas partes é o melhor caminho para alcançar o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Mesmo diante de tantos desafios que surgiram em 2020, a Coalizão conquistou resultados relevantes. As **16 Forças-Tarefa dos quatro Fóruns de Diálogo** do movimento realizaram **mais de 200 reuniões** ao longo do ano para promover debates e construir propostas que foram levadas a **representantes do poder público em mais de 50 encontros**.

Foi também em 2020 que o nosso **movimento cresceu 28% e ultrapassou** o [marco de 260 membros](#) e segue em expansão. A visibilidade da Coalizão foi a maior já conquistada pelo movimento, passando de **1600 menções na imprensa nacional e internacional**, incluindo os espaços de maior prestígio da mídia e uma **maior presença nas redes sociais**, dobrando nosso número de seguidores ao fim do ano.

O trabalho da Coalizão tem sido apresentado em fóruns nacionais e internacionais, espaços nos quais investidores e representantes de outros países reconhecem a importância dessa rede e a sua contribuição para uma nova imagem do Brasil.

O balanço do ano mostra uma atividade intensa e as expectativas para 2021 são altas. Nós acreditamos que o mundo está em transição para uma nova economia, na qual produção agropecuária e conservação ambiental caminham juntas e o Brasil tem todos os atributos para liderar essa jornada.

Agradecemos a todos que são parte e que apoiam o trabalho dessa rede e esperamos seguir juntos em 2021. Confira neste relatório os destaques do trabalho da Coalizão em 2020.



DESTAQUES 2020

Os dois últimos anos (2019 e 2020) foram responsáveis pelos primeiros passos da implementação da [Visão 2030 - 2050: O Futuro das Florestas e da Agricultura no Brasil](#), documento lançado pela Coalizão, em 2018, que estabeleceu seus objetivos de longo prazo.

Os Fóruns de Diálogo, criados para construir a visão, continuaram trabalhando para que a Coalizão se aproxime gradativamente dessas metas em quatro grandes áreas: Agropecuária e Silvicultura, Desmatamento, Floresta Nativa e Políticas Públicas e Instrumentos Econômicos. O objetivo dos Fóruns é garantir aos membros da Coalizão um **espaço de diálogo** contínuo e o acompanhamento de temas importantes à atuação dos atores dessa agenda. Para que os o movimento avance rumo à sua visão de longo prazo, são estabelecidas **Forças-Tarefas** (FTs), grupos que têm a missão de **encaminhar objetivos específicos**. As ações dos Fóruns e das FTs são constantemente informadas e atualizadas na [Plataforma do Plano de Ação](#).

Em 2020, a Coalizão contou com **16 Forças-Tarefas** ativas sobre diferentes temas. O acompanhamento e coordenação geral dessas frentes é feita pela Coordenação Executiva, Facilitadores e pelos Grupos Estratégico (GE) - principal instância de governança do movimento - e Executivo (GX) - que monitora quinzenalmente o andamento da rede.




DIAGRAMA DA ESTRUTURA DA COALIZÃO EM 2020



OS DESTAQUES A SEGUIR SÃO RESULTADO DA LIDERANÇA E COORDENAÇÃO DE TODA ESSA REDE DA COALIZÃO:

CONSELHO DA AMAZÔNIA RECEBE PROPOSTA DE 6 AÇÕES PARA A QUEDA RÁPIDA DO DESMATAMENTO

Em meio à crise de queimadas e as taxas recordes de desmatamento que o Brasil enfrentou em 2020, a Coalizão entregou ao Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, general Hamilton Mourão, um [documento com 6 ações urgentes](#) para que o país possa apresentar

uma queda das taxas de desmatamento. O documento enviado em 15 de setembro ao Presidente da República, ao Vice-Presidente da República, a lideranças nos Ministérios, no Senado e na Câmara dos Deputados, ao Parlamento Europeu e a embaixadas europeias no Brasil, traz propostas que buscam intervir nas causas do avanço do desmatamento.

No dia 10 de novembro, representantes da Coalizão tiveram uma audiência presencial com o Vice-Presidente Hamilton Mourão para entregar o documento em mãos.

As propostas da Coalizão se somaram à mobilização de diversos setores

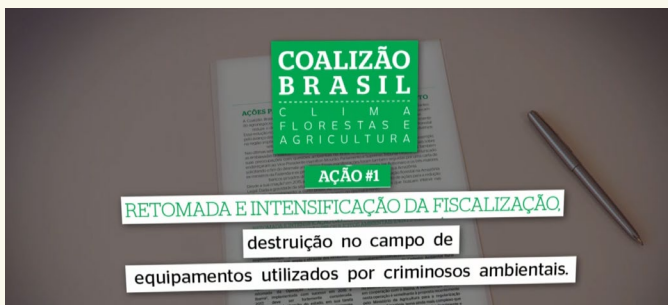


Foto: Romério Cunha



Propostas da Coalizão são entregues em mãos ao Vice-Presidente Hamilton Mourão



Representantes da Coalizão em audiência com o Vice-Presidente Hamilton Mourão

da sociedade, que foram a público manifestando sua preocupação com a crise ambiental. Na época, mobilizações inéditas de investidores e empresários foram anunciadas.

Embaixadas brasileiras em oito países receberam um comunicado de investidores internacionais sobre suas preocupações com questões ambientais no Brasil. E, ainda, CEOs, entidades setoriais, setor financeiro, ex ministros da Fazenda e ex presidentes do Banco Central divulgaram comunicados solicitando o fim do desmate amazônico.



Reportagem do Jornal Nacional sobre as propostas da Coalizão

A Coalizão se colocou à disposição para contribuir com a construção de um plano para o desenvolvimento sustentável da região a partir de sua visão multisetorial e conhecimento técnico.

Paulo Moutinho, pesquisador sênior do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), líder do Fórum de Diálogo Desmatamento e um dos autores do documento, comentou em [entrevista ao boletim da Coalizão](#) o objetivo das seis ações.

As propostas da Coalizão tiveram grande repercussão, com mais de 600 menções na [imprensa](#). O [Jornal Nacional](#), da Rede Globo, destacou a iniciativa.

Principais instâncias de governança

envolvidas: Força-Tarefa Dados do Desmatamento, Fórum de Diálogo Desmatamento e Grupo Estratégico.

SAIBA MAIS:



6 Ações para a Queda Rápida do Desmatamento



Entrevista Paulo Moutinho (líder FT FPND): Conhecimento, sociedade mobilizada e vontade política são essenciais para derrubar o desmatamento

ESTUDO MOSTRA QUE É POSSÍVEL MONITORAR ORIGEM DA CARNE NA AMAZÔNIA E NO CERRADO

Um [estudo](#) elaborado e coordenado pela Coalizão e lançado na Climate Week de Nova York 2020¹, mostra que o país tem como monitorar e garantir a produção de carne livre de desmatamento ilegal e traz ainda 42 recomendações para o fortalecimento do controle da qualidade ambiental da carne.

No [webinar “Amazônia Possível: Rastreabilidade da Carne”](#), Bianca Nakamoto, analista de Conservação do WWF-Brasil e uma das líderes da Força-Tarefa (FT) de Rastreabilidade da Carne, apresentou os principais elementos e recomendações do estudo. Márcio Nappo, diretor de Sustentabilidade da JBS e colíder da FT, comentou os resultados, apontando os principais desafios do ponto de vista da indústria.

Segundo o estudo, o monitoramento

da carne se torna possível a partir da integração de informações de documentos como a Guia de Transporte Animal (GTA), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os respectivos mecanismos legais que permitam sua validação conjunta, e seguindo as exigências estabelecidas pelos acordos firmados no âmbito do Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia de Bovinos e Bubalinos (SISBOV) e pelos Termos de Ajuste de Conduta (TACs) entre o Ministério Público Federal (MPF) e os processadores de carne operando na Amazônia Legal.

Para fortalecer e promover a transparência total da cadeia, o estudo recomenda o cumprimento de algumas etapas.

A primeira é o incentivo para que fornecedores de animais tenham condições de atender às exigências de



Estudo sobre Rastreabilidade da Carne é apresentado em evento na Climate Week NYC 202

1 O estudo foi desenvolvido pela consultoria Agrosuisse e viabilizado pelo apoio financeiro da Good Energies - Power for a Better World. A discussão sobre rastreabilidade da carne teve parceria da iniciativa Amazônia Possível.

controle de qualidade ambiental da carne, o que poderia resultar em uma lista de fornecedores “premium”.

Em uma segunda etapa, o controle da qualidade ambiental da carne poderia ser incorporado na legislação e normas do setor. Nesse contexto, caberia aos atores da cadeia estabelecer sistemas de governança das iniciativas que apoiassem as novas normas, e o estudo traz exemplos de como isso poderia ser feito.

Embora confirme a complexidade da cadeia brasileira da carne bovina, o relatório constata o desenvolvimento de inovações capazes de garantir a disponibilidade das informações e dados necessários para permitir a melhoria dos sistemas de controle e rastreabilidade da produção.

Principais instâncias de governança

envolvidas: Força-Tarefa Rastreabilidade da Carne, Fórum de Diálogo Desmatamento e Grupo Estratégico

SAIBA MAIS:



Estudo Completo: A Rastreabilidade da Carne Bovina no Brasil - Desafios e Oportunidades



Sumário Executivo: A Rastreabilidade da Carne Bovina no Brasil - Desafios e Oportunidades



Evento de lançamento na Climate Week NYC 2020 - Amazônia Possível: rastreabilidade da carne

AVANÇOS NO CRÉDITO RURAL ABREM CAMINHO PARA MAIS SUSTENTABILIDADE NO CAMPO



Coalizão e Banco Central debatem avanços no crédito rural

Fruto de um diálogo iniciado em 2019 por **entre a Coalizão e os ministérios da Economia, Agricultura e com o Banco Central**, as mudanças incorporadas ao Manual de Crédito Rural e Plano Safra em 2020 têm o potencial de acelerar a adequação ao Código Florestal e promover a adoção de tecnologias de baixo carbono na agricultura.

A Resolução 4824 do Banco Central (18 de junho de 2020) estipulou a ampliação do limite de crédito de custeio em até 10% para os produtores rurais que apresentarem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) validado.

Quando a inscrição no CAR passou a ser obrigatória para a concessão de crédito, em 2019, houve um grande estímulo ao registro dos imóveis rurais. Da mesma forma, a Coalizão espera que, ao exigir o CAR validado para a ampliação de

limite de crédito, seja criado um incentivo às agendas estaduais para avançar nessa importante etapa de validação dos cadastros, para assim, darmos mais um passo adiante na implementação do Código Florestal. É também uma sinalização de alinhamento entre a alocação dos recursos públicos e os interesses da sociedade.

Além da resolução do BC, o Plano Safra 2020/2021, anunciado em 17 de junho de 2020, trouxe mudanças e estímulos também alinhadas ao Código Florestal. Mesmo em um cenário de pandemia, o Plano Safra estipulou um aumento de 20% dos recursos destinados ao Programa ABC, principal linha de apoio à agricultura de baixo carbono e à adoção de boas práticas no campo. A redução da taxa de juros foi outro indicativo de diferenciação desse Programa, que ►

possui as menores taxas após o Pronaf, voltado a pequenos produtores. Além disso, o ABC Ambiental passou a financiar a aquisição de Cotas de Reserva Ambiental (CRA) para compensação de áreas de Reserva Legal. Essa medida tem o potencial de ser uma das principais bases para um mercado de Pagamentos por Serviços Ambientais no Brasil, incentivando a preservação por proprietários com excedentes de floresta e remunerando essa grande contribuição à sociedade. [Em posicionamento sobre esses avanços](#), a Coalizão reconheceu o trabalho dos ministérios e mencionou os desafios futuros para que o crédito rural siga avançando em direção à sustentabilidade. “É preciso que as instituições financeiras reconheçam mais fortemente a importância do Código Florestal em sua avaliação de risco. Esse reconhecimento é capaz de incentivar a adoção em larga escala de práticas agropecuárias mais sustentáveis, de contribuir para a mitigação

e a adaptação às mudanças do clima e de reduzir o risco dos investimentos”, menciona o documento. Esses resultados da Coalizão repercutiram na imprensa, em veículos como a [Revista Globo Rural](#). A Coalizão recebeu a adesão de diversos membros de peso do setor financeiro em 2020 e espera atuar fortemente com o setor em 2021.

Principais instâncias de governança

envolvidas: Força-Tarefa Finanças Verdes, Fórum Agropecuária e Silvicultura e Grupo Estratégico

SAIBA MAIS:



Plano Safra 2020/2021: Contribuições da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura



Posicionamento: Avanços no crédito rural abrem caminho para mais sustentabilidade no campo

BRASIL CONQUISTA SUA POLÍTICA NACIONAL DE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Lar de uma das maiores biodiversidades do mundo, o Brasil possui agora uma Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Para chegar até aqui, foram mais de 13 anos de debates no Congresso Nacional.

Mas em setembro de 2019, em meio à crise de queimadas na Amazônia, os parlamentares decidiram avançar com pautas ambientais positivas e de consenso entre as frentes ambientalista e da agropecuária. Desde então, a Coalizão passou a acompanhar de perto o Projeto de Lei (PL) 5028/2019, mantendo diálogos constantes com parlamentares, incluindo os relatores na Câmara e no Senado. Com base nas [notas técnicas](#) e [posicionamentos](#) da Coalizão, foram promovidas diversas audiências públicas e sugeridas alterações relevantes nas relatorias em ambas as casas. O objetivo principal do movimento era garantir que as iniciativas de PSA já existentes

se fortalecessem com a lei e que o tema ganhasse escala em todo o país. A partir do diálogo com os relatores da matéria na Câmara e no Senado, a Coalizão conseguiu influenciar o texto e conscientizar parlamentares sobre os pontos mais sensíveis desta agenda.

“A influência da Coalizão foi fundamental para corrigir aspectos críticos no texto da lei que ameaçavam a existência de esquemas subnacionais de PSA que existem graças à alocação de recursos públicos”, afirmou Erika Pinto, pesquisadora e coordenadora de projetos no Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e líder da Força-Tarefa Pagamentos por Serviços Ambientais, em [entrevista ao boletim da Coalizão](#). Erika explica como a Coalizão contribuiu nesse debate e os próximos passos após a aprovação da lei.

Mesmo em um ano no qual a pandemia do covid-19 mudou a dinâmica de trabalho ►



Membros da Coalizão participam das audiências públicas sobre PSA no Congresso



Membros da Coalizão entregam a parlamentares notas técnicas e posicionamentos que ajudaram a aprimorar o Projeto de Lei




do Congresso Nacional, o Legislativo mostrou que o PSA é uma prioridade para o país e aprovou a matéria em 21 de dezembro de 2020. A Coalizão celebrou a conquista e solicitou que o PL fosse sancionado pela Presidência na íntegra, em respeito ao processo de construção coletiva que foi feito. A notícia repercutiu na [imprensa](#).

Após aprovação pelo Congresso, o PL foi sancionado pela Presidência da República em 13 de janeiro de 2021 com vetos que preocuparam a Coalizão. Mesmo assim, [o movimento conseguiu articular junto a parlamentares pela derrubada dos vetos, em 01 de junho de 2021, e garantir uma política atrativa, participativa e transparente.](#)

Principais instâncias de governança

envolvidas: Força-Tarefa Pagamentos por Serviços Ambientais, Fórum de Diálogo Políticas Públicas e Instrumentos Econômicos e Grupo Estratégico

SAIBA MAIS:

-  **Brasil conquista Política Nacional de PSA com incentivos fiscais e mecanismos de governança e transparência (junho de 2021)**
-  **Entrevista com Erika Pinto (líder FT PSA): Aprovação da Política Nacional PSA é avanço sem precedentes, mas próximos passos trazem grandes desafios**
-  **Audiência pública: Experiências de pagamento por serviços ambientais (PL 5028/2019)**

CONGRESSO APRESENTA NOVO PROJETO DE LEI PARA CONCESSÕES FLORESTAIS

Com [base nas contribuições da Coalizão](#), parlamentares das Frentes Ambientalista e da Agropecuária apresentaram uma proposta de alteração nas regras para exploração econômica de florestas em regime de concessão pública.

O [Projeto de Lei \(PL\) 5518/2020](#) foi protocolado pelo Congresso em 15 de dezembro [e entrou para a lista de prioridades do governo em 2021](#). O objetivo é acelerar processos de licitação das concessões florestais a partir de mudanças na Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/2006).

As concessões florestais são entendidas como um importante instrumento para gerar oportunidades concretas de conciliar negócios e retorno econômico com preservação, proteção e manutenção da floresta em pé, em especial na Amazônia. Entretanto, passados 14 anos desde a criação deste instrumento, questões relacionadas à segurança jurídica e viabilidade econômica impediram que as concessões se consolidem como modelos de negócios sustentáveis.

“Além de mecanismos para tornar os contratos de concessão mais flexíveis e remover entraves que prejudicaram o desenvolvimento das concessões, como sugerido pela Coalizão, o projeto cria estímulos para garantir a participação de empresas menores nos leilões das futuras concessões e o envolvimento de comunidades locais”, conforme explica notícia publicada na [Folha de S.Paulo](#), que destaca que a proposta foi gestada sob o guarda-chuva da Coalizão. [O Globo Rural](#) também destacou, em seu portal, a articulação em torno do PL e suas propostas.

Apesar do PL trazer diversas contribuições ao modelo de concessão florestal, “é essencial que o Estado garanta as condições mínimas de operação ao concessionário, combatendo a ilegalidade e provendo segurança jurídica”, segundo a Coalizão.

Principais instâncias de governança envolvidas: Força-Tarefa Concessões Florestais, Fórum de Diálogo Floresta Nativa e Grupo Estratégico



Coalizão apresenta a parlamentares sua proposta de PL para as concessões florestais

SAIBA MAIS:



Propostas da Coalizão Brasil de alteração na Lei de Concessões Florestais

CONHECIMENTO E TRANSPARÊNCIA PARA INICIAR A DÉCADA DE RESTAURAÇÃO PELA ONU

Em 2020, a Coalizão se envolveu no desenvolvimento de estudos e ferramentas que irão ajudar o país a ingressar de forma mais preparada na Década de Restauração de Ecossistemas, instituída pela ONU para o período de 2021 a 2030.

Junto ao Partnerships for Forests (P4F), foi lançado um [levantamento sobre a demanda firme por restauração nativa](#) proveniente de mecanismos legais para além do Código Florestal.

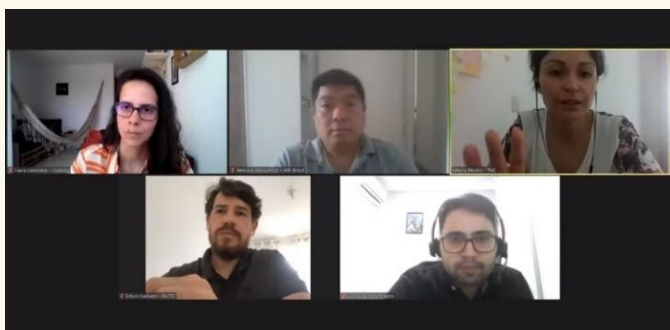
De acordo com o estudo, o Brasil possui instrumentos legais, como mecanismos de obrigação de compensação florestal e processos de licenciamento ambiental, que são indutores da agenda de restauração, uma vez que, ao ter de cumprir com essas obrigações, produtores rurais e empresas acabam criando uma demanda firme e real por essa atividade. O levantamento buscou quantificar o tamanho dessa demanda, por meio da análise de decisões administrativas e judiciais já formalizadas e em andamento. A Coalizão também se dedicou a desenvolver um [observatório que permitirá compreender o status de recuperação florestal do país](#). Com o objetivo de qualificar e integrar, em uma base única, os principais dados sobre restauração e reflorestamento silvicultural disponíveis. O observatório foi lançado em março de 2021.

Outra frente é a da **“Vitrine da**



Levantamento da Coalizão sobre a demanda firme por restauração nativa

Restauração”, uma iniciativa da Sociedade Brasileira de Restauração Ecológica (SOBRE), Coalizão e Pacto pela Restauração da Mata Atlântica e apoio da Aliança pela Restauração na Amazônia, que reuniu 300 respostas de instituições que atuam com essa agenda no país. O próximo passo, em 2021, será compilar essas informações para verificar o potencial de geração de emprego e renda a partir da cadeia da restauração. O desafio de **expandir a silvicultura de espécies nativas para fins econômicos** foi tema de outro estudo, realizado pelo WRI Brasil e apresentado em um [webinar](#) da Coalizão, em outubro de 2020, sobre as [“Implicações da legislação brasileira na atividade de plantio de florestas nativas para fins econômicos”](#). Os resultados apontaram como as normas federais e de três estados (Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo) poderiam ser aprimoradas ►



Webinar sobre o Observatório da Restauração e Reflorestamento

para incentivar a exploração econômica de florestas nativas plantadas e atrair mais investidores. Além da discussão sobre legislação, houve a publicação da versão em português do [working paper](#) sobre prioridades e lacunas para Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) em silvicultura de espécies nativas, que havia sido lançado em 2019, e avanços na estruturação de um Programa de P&D no tema, que foi lançado em 2021.

Principais instâncias de governança envolvidas: Forças-Tarefas Demanda da Restauração, Monitoramento da Restauração e do Reflorestamento, Vitrine da Restauração e Silvicultura de Espécies Nativas, Fórum de Diálogo Floresta Nativa e Grupo Estratégico



Webinar sobre marco regulatório e plantio de florestas nativas para fins econômicos

SAIBA MAIS:

-  **Estudo Identificação da demanda por restauração nativa proveniente de mecanismos legais para além da Lei de Proteção da Vegetação Nativa**
-  **Síntese Demanda Firme por Recuperação de Vegetação Nativa**
-  **Webinar: Observatório da Restauração e Reflorestamento**
-  **Observatório da Restauração e do Reflorestamento**
-  **Webinar: Marco regulatório e o plantio de florestas nativas para fins econômicos**
-  **Webinar: Oportunidades e desafios para consolidar a Silvicultura de Espécies Nativas no Brasil**
-  **Estudo Prioridades e Lacunas de Pesquisa & Desenvolvimento em Silvicultura de Espécies Nativas no Brasil**
-  **Artigo para blog O potencial inexplorado da silvicultura de nativas no Brasil**

ATIVIDADES DOS FÓRUNS DE DIÁLOGO:

208
reuniões, calls
e webinars dos
fóruns e forças-
tarefas em
2020

320
participantes



182
organizações

16
Forças-Tarefas
ativas em 4
Fóruns de
Diálogo

3 RODADAS DE REUNIÕES
GERAIS DOS FÓRUNS
DE DIÁLOGO

10 CONVIDADOS DOS PODERES
EXECUTIVO, LEGISLATIVO,
NACIONAL E SUBNACIONAL

PERFIL DOS PARTICIPANTES DAS REUNIÕES:



PLATAFORMA DO PLANO DE AÇÃO



- @ [CLIQUE AQUI](#) PARA CONFERIR TODAS AS AÇÕES PLANEJADAS E DESENVOLVIDAS PELOS FÓRUNS DE DIÁLOGO E PELAS FORÇAS-TAREFA
- @ [CLIQUE AQUI](#) PARA PARTICIPAR DOS FÓRUNS DE DIÁLOGO

FÓRUNS DE DIÁLOGO E LIDERANÇAS

AGROPECUÁRIA E SILVICULTURA

Ciniro Costa Junior
Imaflora
Eduardo Bastos
Bayer
Ivone Namikawa
Klabin
Leda Tavares
WWF
Liège Vergili
ABIEC
Lucas Ribeiro
Abag

DESMATAMENTO

Alessandra Fajardo
Bayer
Fabiana Reguero
Amaggi
Fabiola Zerbini
TFA
Paula Bernasconi
ICV
Paulo Moutinho
IPAM
Pedro Soares
IDESAM
Túlio Dias
Agropalma

FLORESTA NATIVA

Ana Leite Bastos
Amata
Eduardo Roxo
Atina
Leonardo Sobral
Imaflora
Miguel Calmon
WRI
Paulo Barreto
Imazon

POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Andreia Bonzo
Pinheiro Neto Advogados
Beto Mesquita
BVRio
Diogo Bardal
IFC
Erika Pinto
IPAM
Gabriel Siqueira
IGT/UNICAMP
Joana Chiavari
CPI PUC-Rio
Kalil Cury
Partner Desenvolvimento
Rodrigo Lima
Agroicone

FORÇAS-TAREFA E LIDERANÇAS

FINANÇAS VERDES

Juliano Assunção
CPI

ATER
Juliana Monti
Mariana Pereira
Solidaridad Network

DADOS DE DESMATAMENTO

Clarissa Gandour
CPI
Paula Bernasconi
ICV

FLORESTAS PÚBLICAS NÃO-DESTINADAS

Paulo Moutinho
IPAM

RASTREABILIDADE DA CARNE

Bianca Nakamoto
WWF
Márcio Nappo
JBS

MONITORAMENTO DA RESTAURAÇÃO

Luis Oliveira
Imazon
Marcelo Matsumoto
WRI
Milena Ribeiro
TNC

DEMANDAS DE RESTAURAÇÃO

Laura Antoniazzi
Agroicone
Rubens Benini
TNC

CONCESSÕES FLORESTAIS

Ana Bastos
Amata
Leonardo Sobral
Imaflora

BIOECONOMIA

Eduardo Roxo
Atina
Juliana Simões
TNC

SILVICULTURA DE NATIVAS

Miguel Calmon
WRI
Rodrigo Ciriello
Futuro Florestal

VITRINE DA RESTAURAÇÃO

Ludmila Pugliese
Pacto pela Restauração da Mata Atlântica

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)

Érika Pinto
IPAM

MERCADO DE CARBONO

Eduardo Bastos
Bayer
José Carlos Fonseca
Ibá
Pedro Soares
IDESAM

MONITORAMENTO ORDENAMENTO TERRITORIAL

Andreia Bonzo
Pinheiro Neto Advogados
Mônica Dias
Suzano

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Joana Chiavari
CPI

ESTRATÉGIA INTERNACIONAL


Eduardo Bastos
Bayer

FÓRUM DE DIÁLOGO DESMATAMENTO

O ano de 2020 foi desafiador para o Fórum Desmatamento, devido ao aumento das taxas de desmatamento e queimadas. Especialmente no caso do Pantanal, “foi uma situação sem precedentes, que trouxe muitos desafios para as comunidades locais e atividades produtivas”, disse Paula Bernasconi, Coordenadora de Incentivos Econômicos para Conservação do Instituto Centro de Vida (ICV) e líder do Fórum. Como resposta a esse desafio, a Coalizão elaborou [seis propostas de ações para a queda rápida do desmatamento](#), entregues ao Vice-Presidente da República e presidente do Conselho da Amazônia, Hamilton Mourão. Na ocasião, o Vice-Presidente recebeu também uma minuta de decreto, elaborada pela **FT Florestas Públicas Não Destinadas**, com o objetivo de implementar a ação

nº 2 do documento, por meio da suspensão dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) nessas áreas.

Liège Vergili, então Diretora Executiva da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), acompanhou de perto o trabalho da **FT Rastreabilidade da Carne** e destaca que, com a elaboração do [estudo](#) lançado na Climate Week de Nova York, “consequimos olhar para os temas sensíveis de cada membro, apesar da pluralidade do grupo.”

A **FT Dados de Desmatamento** iniciou em 2020 um mapeamento de como o setor privado tem utilizado essas informações em sua tomada de decisão e quais as principais dúvidas das empresas ao utilizar esses dados. A devolutiva da pesquisa com os [principais resultados](#) foi compartilhada em 2021. 

FÓRUM DE DIÁLOGO DESMATAMENTO

LÍDERES FÓRUM



ALESSANDRA FAJARDO
Líder da Estratégia de Engajamento em Meio Ambiente e Agricultura na América Latina - Bayer



FABIANA REGUERO
Gerente Socioambiental - Amaggi



FABÍOLA ZEBINI
Coordenadora Regional da América Latina - TFA



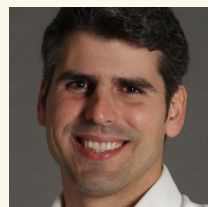
PAULA BERNASCONI
Coordenadora Incentivos Econômicos para Conservação - Instituto Centro de Vida (ICV)



PAULO MOUTINHO
Pesquisador Sênior - IPAM



PEDRO SOARES
Gerente do Programa de Mudanças Climáticas e REDD+ - IDESAM



TÚLIO DIAS BRITO
Gerente de Responsabilidade Socioambiental Corporativa - Agropalma

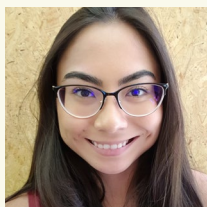
LIDERANÇAS FTS



Dados de Desmatamento
CLARISSA GANDOUR
Pesquisadora Sênior - CPI



Dados de Desmatamento
PAULA BERNASCONI
Coordenadora Incentivos Econômicos para Conservação - Instituto Centro de Vida (ICV)



Rastreabilidade da Carne
BIANCA NAKAMATO
Analista de Conservação - WWF



Rastreabilidade da Carne
MÁRCIO NAPPO
Diretor de Sustentabilidade - JBS



Florestas Públicas Não-Destinadas
PAULO MOUTINHO
Pesquisador Sênior - IPAM

FÓRUM DE DIÁLOGO POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

As FTs Regularização Fundiária e Monitoramento do Ordenamento Territorial se dedicaram em 2020 a analisar os entraves e bases de dados sobre o tema.

No primeiro semestre do ano, a **FT Regularização Fundiária** acompanhou de perto a Medida Provisória (MP) 510/2019, que se tornou Projeto de Lei (PL) 2633/2020. A Coalizão manteve diálogo constante com todos os relatores do PL e também com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Porta-vozes da Coalizão participaram da audiência pública sobre o PL 2633 e a FT realizou 9 análises ou posicionamentos sobre o tema. Foram também realizadas diversas reuniões com representantes do ministério da Agricultura e do INCRA.

Apesar dos avanços no projeto em relação ao texto original, a Coalizão defende que o debate precisa ser aprofundado, pois não estão claros os reais obstáculos à regularização da grande maioria (95%) dos imóveis particulares de pequenos produtores – que seria o objetivo da MP.

Gabriel Siqueira, pesquisador do Grupo Governança de Terras da Unicamp e líder da **FT Monitoramento do Ordenamento Territorial** afirma que já existem leis e condições técnicas para a regularização de imóveis legítimos. “Falta avançar na transparência da integração de bancos de dados, porque

tudo é muito desconexo do ponto de vista fundiário”. A FT se dedica a discutir essa integração de dados e um possível método para a certificação fundiária a partir de cruzamentos de informações. A **FT Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)** conquistou resultados importantes em 2020. Foi possível influenciar o trabalho dos parlamentares e relatores da matéria no Congresso Nacional a favor de uma política de PSA que garantisse a continuidade das iniciativas existentes e ajudasse o tema a ganhar escala. O PL 5028/2019 foi aprovado na última sessão legislativa do Congresso em 2020. Em 2021, a lei foi sancionada com vetos que preocuparam a Coalizão, mas o movimento conseguiu apoiar os parlamentares pela derrubada desses vetos e [garantiu uma política atrativa, participativa e transparente](#).

Apesar da pandemia ter comprometido debates internacionais de clima, a **FT Mercado de Carbono** e a **FT Estratégia Internacional** promoveram uma [série de eventos](#) para debater o papel e a imagem do Brasil no mundo. José Carlos da Fonseca Junior, Diretor Executivo da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) e líder da FT Mercado de Carbono, afirma a importância da capacidade de articulação e aprendizado para “contribuir para a implementação de um mercado em nível nacional, que valorize florestas e a bioeconomia”.

FÓRUM DE DIÁLOGO POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

LÍDERES FÓRUM



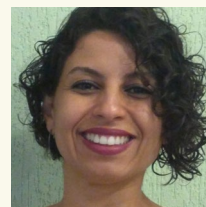
ANDREIA BONZO AZEVEDO
Advogada Associada Sênior - Pinheiro Neto Advogados



BETO MESQUITA
Diretor de Políticas e Relações Institucionais - BVRio



DIOGO BARDAL
Diretor de Operações Associado - IFC



ÉRIKA PINTO
Pesquisadora e Coordenadora Técnica - IPAM



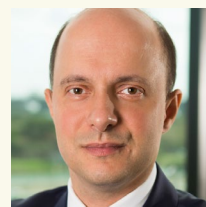
GABRIEL PANSANI SIQUEIRA
Pesquisador do Grupo de Governança de Terras - IGT/UNICAMP



JOANA CHIAVARI
Diretora Associada - Climate Policy Initiative (CPI)

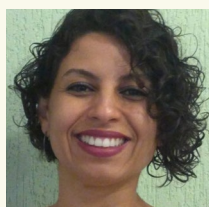


KALIL CURY
Sócio-fundador - Partner Desenvolvimento



RODRIGO LIMA
Diretor Geral - Agroicone

LIDERANÇAS FTS



Pagamento Por Serviços Ambientais (PSA)
ÉRIKA PINTO
Pesquisadora e Coordenadora Técnica - IPAM



Mercado de carbono
EDUARDO BASTOS
Diretor de Sustentabilidade LATAM - Bayer



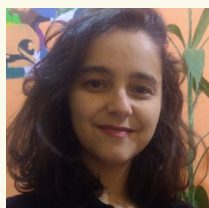
Mercado de carbono
JOSÉ CARLOS DA FONSECA JUNIOR
Diretor Executivo - Ibá



Mercado de carbono
PEDRO SOARES
Gerente do Programa de Mudanças Climáticas e REDD+ - IDESAM



Monitoramento Ordenamento Territorial
ANDREIA BONZO
Advogada Associada Sênior - Pinheiro Neto Advogados



Monitoramento Ordenamento Territorial
MÔNICA DIAS
-Analista de Processos Imobiliários - Suzano



Regularização Fundiária
JOANA CHIAVARI
Diretora Associada - Climate Policy Initiative (CPI)



Estratégia Internacional
EDUARDO BASTOS
Diretor de Sustentabilidade LATAM - Bayer



Confira [neste vídeo](#) um resumo dos avanços nos Fórum Desmatamento e Fórum Políticas Públicas e Instrumentos Econômicos

FÓRUM DE DIÁLOGO AGROPECUÁRIA E SILVICULTURA

O potencial do crédito rural em induzir mudanças no campo foi o foco da **FT Finanças Verdes** em 2020, que alcançou resultados importantes. Leila Harfuch, Gerente Geral da Agroicone, destacou o envio de [propostas](#) para os ministérios da Agricultura e da Economia sobre o Plano Safra. “Fomos bem sucedidos, especialmente no fortalecimento do Programa ABC, com melhores condições de financiamento”. Harfuch também destacou a atuação da FT para [aumentar o limite de crédito para quem cumpre a legislação](#). “Fizemos um grande trabalho na Coalizão de aumentar o limite de crédito para os produtores que comprovarem regularização ambiental perante o Código

Florestal. Houve um aumento de 10% do limite para os produtores que apresentassem o CAR validado”. O diálogo com os ministérios e o Banco Central segue em andamento em 2021 e conta agora com a participação de membros da Coalizão que representam o setor financeiro e que se aproximaram do movimento no ano passado.

Ainda em 2020, o Fórum de Diálogo Agropecuária e Silvicultura criou a **FT Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)** para acompanhar a revisão da política nacional sobre o tema que será conduzida pelo Congresso. O objetivo da FT é apresentar propostas para que a revisão da legislação garanta princípios fundamentais para ATER no país. ►

FÓRUM DE DIÁLOGO AGROPECUÁRIA E SILVICULTURA

LÍDERES FÓRUM



CINIRO COSTA JÚNIOR
Coordenador do
Projeto Cadeias de
Abastecimento de Clima
e Agricultura - Imafloira



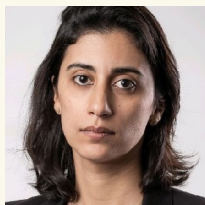
EDUARDO BASTOS
Diretor de
Sustentabilidade
LATAM - Bayer



IVONE NAMIKAWA
Consultora de
Sustentabilidade
Florestal - Klabin



LEDA TAVARES
Especialista em
Conservação - WWF

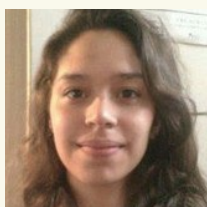


LIÈGE VERGILI
Diretora Executiva -
ABIEC



**LUCAS HENRIQUE
RIBEIRO**
Gerente de
Sustentabilidade - ABAG

LIDERANÇAS FTS



**ATER
JULIANA MONTI**
Coordenadora de
Projetos - Solidaridad
Network



**ATER
MARIANA PEREIRA**
Coordenadora de
Projetos - Solidaridad
Network



**Finanças Verdes
JULIANO ASSUNÇÃO**
Diretor Executivo -
Climate Policy
Initiative (CPI)

FÓRUM DE DIÁLOGO FLORESTA NATIVA

Marcelo Matsumoto, Especialista em GIS do WRI Brasil e líder da **FT Monitoramento da Restauração e Reflorestamento**, se dedicou a estruturar, ao longo do ano, o Observatório da Restauração e Reflorestamento, plataforma que compila os dados sobre essas atividades no país e, assim, “gerar estatísticas e informações importantes para verificar quanto temos atingido em relação às metas que o Brasil estabeleceu em acordos internacionais e identificar oportunidades e lacunas”. O [Observatório](#) foi lançado em 2021. Rubens Benini (TNC), membro da **FT Vitrine da Restauração**, destacou como o tema da restauração está cada vez mais presente na mídia, sendo apontado como solução para diversos desafios. Em um levantamento on line, a FT reuniu [300 respostas](#) de instituições que atuam com essa agenda no país. “Foi um dado bem robusto e o próximo passo é compilá-los e ver quanto de fato essa área pode gerar de renda e postos de trabalho.” Com o apoio do Partnerships for Forests (P4F), a **FT Demandas de Restauração** se dedicou a descobrir

o tamanho real da demanda por restauração. O estudo foi lançado pelo P4F, em parceria com a Coalizão, e trouxe um [levantamento sobre a demanda firme por recuperação da vegetação nativa](#) proveniente de mecanismos legais para além do Código Florestal. A **FT Silvicultura de Espécies Nativas** identificou oportunidades em áreas como Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), marco regulatório, mercado e investimentos para posicionar o Brasil como líder global na produção florestal sustentável, e lançou em 2021 um [Programa de P&D](#) para impulsionar a silvicultura de espécies nativas. “Vamos agregar diversos pesquisadores, empresas e uma série de atores para consolidar o histórico do que já foi feito com o que pode ser feito no futuro”, afirmou Rodrigo Ciriello, Diretor Comercial da Futuro Florestal e líder da FT. A FT também construiu uma nota conceitual para iniciar um diálogo com o Governo do Estado do Espírito Santo a fim de apoiar a criação de um polo de silvicultura de espécies nativas no estado em 2021. Reunir informações também está ►

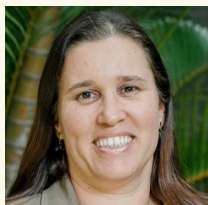
FÓRUM DE DIÁLOGO FLORESTA NATIVA

no escopo atual da **FT Bioeconomia**, que está acompanhando um estudo para levantar dados sobre a contribuição econômica dos produtos da sociobiodiversidade no Pará. “Depois disso, pretendemos conseguir mais recursos para ampliar o estudo para outros estados amazônicos, para demonstrar valor e potencial de bioeconomia de floresta em pé e sociobiodiversidade”, afirmou Juliana Simões, Especialista em Sociobiodiversidade da TNC e líder da FT. Em sua atuação para fortalecer modelos sustentáveis de manejo de florestas, a **FT Concessões**

Florestais enviou aos parlamentares um conjunto de [propostas](#) de alteração na lei atual para dar mais viabilidade a esse modelo. O [PL 5518/20](#) foi protocolado pelo Congresso Nacional, mas o principal desafio ainda é o combate à ilegalidade. Leonardo Sobral, Gerente de Certificação Florestal do Imaflo e líder da FT, afirma que “é importante conversar sobre áreas públicas não destinadas, que, na Amazônia, chegam a um total de 70 milhões a 80 milhões de hectares. As concessões são importantes para garantir que áreas assim não sejam desmatadas e para que haja produção e geração de emprego”. ►

FÓRUM DE DIÁLOGO FLORESTA NATIVA

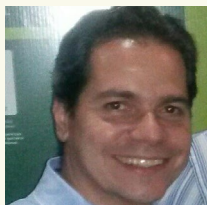
LÍDERES FÓRUM



ANA LEITE BASTOS
CEO - Amata



EDUARDO ROXO
Cofundador e
Sócio - Atina



LEONARDO SOBRAL
Gerente de Certificação
Florestal - Imaflo



MIGUEL CALMON
Consultor Sênior
Programa Florestas -
WRI Brasil



PAULO BARRETO
Pesquisador
Associado - Imazon

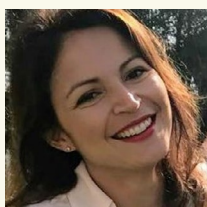
LIDERANÇAS FTS



Monitoramento
da Restauração e
Reflorestamento
**LUIS AUGUSTO
LIMA OLIVEIRA JR**
Pesquisador - Imazon



Monitoramento
da Restauração e
Reflorestamento
MARCELO MATSUMOTO
Especialista em GIS -
WRI Brasil



Monitoramento
da Restauração e
Reflorestamento:
MILENA RIBEIRO
Especialista em
Geoprocessamento - TNC



Demandas de
Restauração
(parceria P4F)
LAURA ANTONIAZZI
Sócia - Agroicone



Demandas de
Restauração
(parceria P4F)
RUBENS BENINI
Gerente em Restauração
Ecológica - TNC



Silvicultura de Nativas
MIGUEL CALMON
Consultor Sênior
Programa Florestas -
WRI Brasil



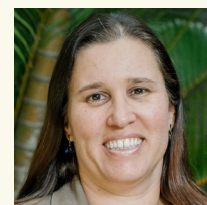
Silvicultura de Nativas
RODRIGO CIRIELLO
Diretor Comercial -
Futuro Florestal



Bioeconomia
EDUARDO ROXO
Cofundador e Sócio -
Atina



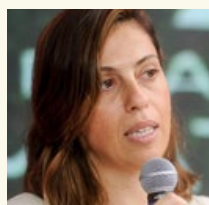
Bioeconomia
JULIANA SIMÕES
Especialista em
Sociobiodiversidade -
TNC



Concessões Florestais
ANA LEITE BASTOS
CEO - Amata



Concessões Florestais
LEONARDO SOBRAL
Gerente de Certificação
Florestal - Imaflo



Vitrine da Restauração:
LUDMILA PUGLIESE
Coordenadora Nacional
- Pacto pela Restauração
da Mata Atlântica



Confira [neste vídeo](#) um resumo dos avanços nos Fórum Agropecuária e Silvicultura e Fórum Floresta Nativa

INDICADORES DE COMUNICAÇÃO

20

posicionamentos
ou notas
técnicas

9

boletins

10

vídeos

13

relatórios ou
estudos

12

eventos da
Coalizão

13

participações
em outros
eventos

Maior visibilidade
na mídia desde o
ançamento, Coalizão
chega a

1654

menções
na imprensa

Parcerias

com as revistas Página22 e
Agroanalysis

95%

de aumento de seguidores
nas redes sociais

Siga a Coalizão
nas redes sociais



RACHEL BIDERMAN E MARCELLO BRITO SÃO OS NOVOS FACILITADORES DA COALIZÃO



Em dezembro de 2020, durante a segunda plenária do ano da Coalizão, [foram anunciados os nomes dos novos facilitadores do movimento para 2021](#):

Rachel Biderman, vice-presidente sênior para as Américas da Conservação Internacional (CI), e Marcello Brito, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag).

Brito já havia assumido a posição em março, no lugar de Luiz Cornacchioni, então diretor-executivo da Abag.

Biderman assumiu a posição com a saída de André Guimarães, diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), da cofacilitação.

Desde 2018, a Coalizão adota o modelo de cofacilitação, com dois representantes de diferentes setores. O mandato dura dois anos. Brito seguirá na posição até o fim de 2021 e Biderman até dezembro de 2022.

Na plenária, o anúncio dos novos

nomes foi feito por Marcelo Furtado, presidente do Conselho do WRI Brasil e ex-facilitador do movimento.

“Na facilitação da Coalizão, o mais importante é estimular o diálogo de maneira engajadora e com transparência. É garantir um espaço de respeito e confiança para conectar pessoas e organizações e cocriar soluções inovadoras para problemas complexos”, afirmou.

“É uma honra poder estar ao lado de todos vocês e sonhar com um Brasil melhor, que sabemos que irá acontecer. Precisamos de uma economia em que todos os atores cresçam juntos”, afirmou Biderman.

Brito agradeceu a André Guimarães pela parceria e elogiou sua capacidade de arregimentar pessoas e de colocá-las no mesmo plano. Em seguida, reforçou o que vê de principal força na Coalizão: “Quem diria, há 20 anos, que hoje teríamos mais de 250 organizações ►

sentadas juntas, com o mesmo objetivo, sonhando juntas? Eu não me canso de dizer que a Coalizão é hoje o maior exercício de cidadania no País”, afirmou. Guimarães agradeceu a todos e lembrou que o grande patrimônio da Coalizão é ser um espaço confiável e harmônico de diálogo. “Pode-se sair com qualquer resultado, mas o que não se pode perder é esse espaço de diálogo, que deve ser usado com exaustão, pois é em cima dele que vamos construir um país que dará orgulho a nossos filhos. Eu acredito profundamente neste país”, concluiu. Além das novidades na facilitação,

alguns nomes dos Grupos Estratégico e Executivo e das Lideranças dos Fóruns de Diálogo e Força-Tarefa também mudaram ao longo do ano. Confira a composição da governança na seção **SOBRE A COALIZÃO**, tal como estava em 31/12/2020.

A equipe da coordenação seguiu com os mesmos nomes de 2019: Fernanda Macedo (Coordenadora de Comunicação e Advocacy), Laura Lamônica (Coordenadora de Relações Institucionais), Maiara Beckrich (Assessora de Gestão) e Joice Oliveira (Assistente Geral).

CONFIRA A SEGUIR UMA BREVE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AOS PRINCIPAIS GASTOS DA COALIZÃO EM 2020.

TOTAL GASTO EM 2020: R\$ R\$1.552.990,37



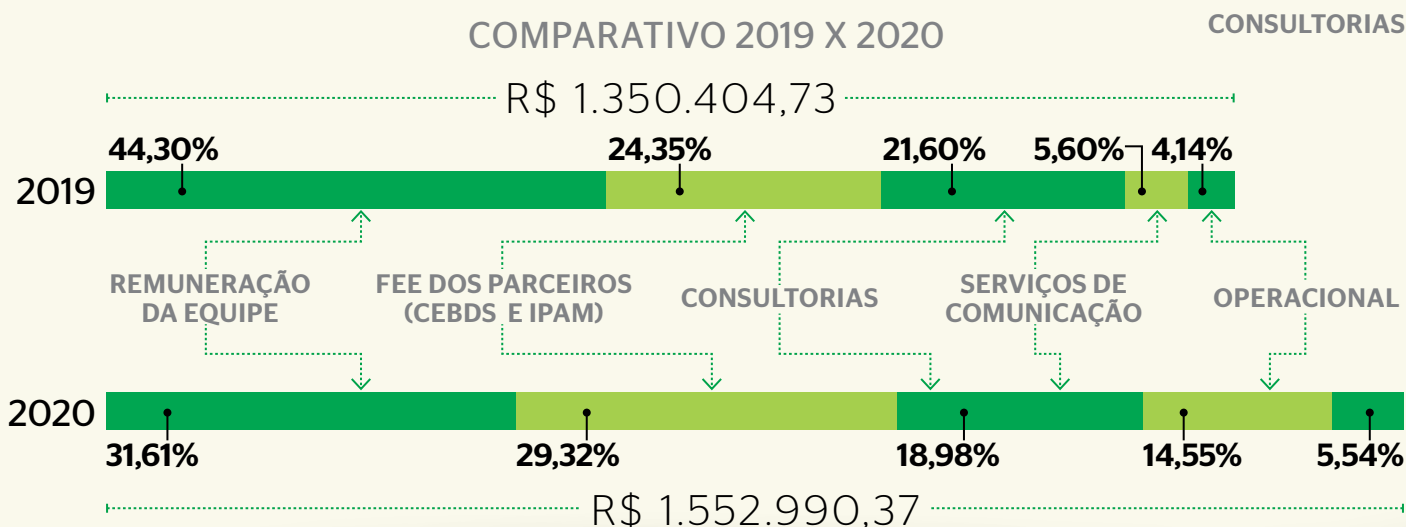
A **REMUNERAÇÃO DA EQUIPE** (31,61%) é composta pelas despesas de quatro pessoas dedicadas integralmente à Coalizão (Coordenadora da Comunicação e Advocacy, Coordenadora de Relações Institucionais, Assessora de Gestão e Assistente Geral).

O **FEE DOS PARCEIROS** (29,32%) corresponde à despesa de apoio jurídico e administrativo-financeiro prestado pelo CEBDS e à compensação pelo tempo dispendido na facilitação do movimento à organização do terceiro setor, concedido pelo IPAM.

DESPESAS OPERACIONAIS (5,54%) são aquelas referentes a gastos com viagens, deslocamentos, impressões de material, entregas etc. Houve uma significativa redução desse valor em 2020, em função da pandemia e da economia de gastos como viagens.

Na categoria de **SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO** (14,55%), encontram-se o apoio prestado pela agência responsável pelos boletins e redes sociais da Coalizão, despesas referentes aos sites e e-mail marketing do movimento e gastos gerais, como design, diagramação, tradução e revisão de textos. Em 2020, o valor investido nessa categoria aumentou devido ao trabalho de aprimoramentos dos websites.

Em **CONSULTORIAS** (18,98%) estão as despesas referentes à consultorias para advocacy e à realização do estudo sobre rastreabilidade da carne.



PERSPECTIVAS PARA 2021

Dentre as inúmeras lições aprendidas em 2020, ficou claro o crescente interesse da sociedade brasileira pela agenda ambiental do país. Mesmo em um ano no qual a saúde foi a grande prioridade do mundo, o **meio ambiente esteve no centro do debate nacional e internacional**.

Mais uma vez, o diálogo da Coalizão com o Congresso Nacional mostrou que é capaz de gerar conquistas e evitar retrocessos. Esperamos que as propostas para aprimorar as **concessões florestais** avancem no Congresso em 2021 e possam ajudar a consolidar esse modelo de negócios como referência de produção sustentável. Temas como **mercado de carbono** e **regularização fundiária** também devem seguir no radar da Coalizão em relação ao Legislativo.

Junto ao Governo Federal, a Coalizão deve buscar novos avanços nas políticas de **crédito rural**, aprofundar o diálogo com os ministérios sobre a **rastreabilidade** dos produtos agropecuários, avançar na regulamentação da política nacional de PSA e reforçar suas recomendações para a queda rápida do **desmatamento**.

Ainda no primeiro semestre de 2021, a Coalizão se aproximou de alguns governos estaduais. No Espírito Santo, a Coalizão iniciou um trabalho para alavancar a **silvicultura de espécies nativas**. Com o governo do Maranhão, que hoje lidera o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, foram debatidos temas como as **florestas públicas não destinadas** e a implementação do **Código Florestal**.

Portanto, em 2021, o movimento espera dar **continuidade ao diálogo com o Legislativo e o Executivo Federal** e **fortalecer os laços com os governos subnacionais**. O ano será também marcado pelo início da **Década da Restauração de Ecossistemas** pela ONU e o movimento tem muito a contribuir para impulsionar iniciativas nessa área.

Com o resultado das eleições americanas, o debate sobre **clima volta com força ao centro da diplomacia** e os países que não demonstrarem alinhamento à economia de baixo carbono ficarão para trás. O Brasil tem tudo para liderar essa nova economia e fazer a diferença na próxima Conferência do Clima, a **COP 26**. Unido por essa certeza, o movimento seguirá ampliando sua rede e apostando na agenda de clima, florestas e agricultura como o melhor caminho para o **desenvolvimento sustentável** do Brasil.



DOADORES 2020:



OUTRAS FORMAS DE APOIO EM 2020:



SOBRE A COALIZÃO

GOVERNANÇA

MAIS DE 300 MEMBROS

*268 MEMBROS AO FIM DE 2020

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

PLENÁRIA

GRUPO ESTRATÉGICO (GE)

GRUPO EXECUTIVO (GX)

COFACILITADORES E COORDENAÇÃO EXECUTIVA

FÓRUNS DE DIÁLOGO E LIDERANÇAS

AGROPECUÁRIA
E SILVICULTURA

DESMATAMENTO

FLORESTA
NATIVA

POLÍTICAS PÚBLICAS
E INSTRUMENTOS
ECONÔMICOS

FORÇAS-TAREFA

CONFIRA:

Lista atualizada de membros [aqui](#)

Lista de participantes das instâncias de governança [aqui](#)

NOSSAS LIDERANÇAS

LIDERANÇAS DO GRUPO ESTRATÉGICO (EM 31/12/2020)



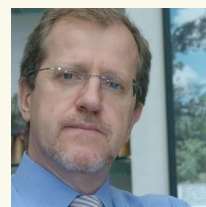
ANDRÉ GUIMARÃES
IPAM



BETO MESQUITA
BV Rio e Diálogo
Florestal



GUILHERME LEAL



**JOÃO PAULO
CAOBIANCO**
IDS



**JOSÉ LUCIANO
PENIDO**



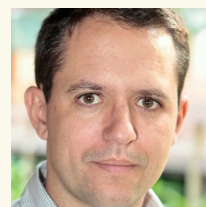
MARCELO FURTADO



MARCOS MOLINA
Marfrig Global Foods



MARINA GROSSI
CEBDS



MAURÍCIO VOIVODIC
WWF



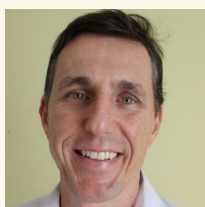
PAULO HARTUNG
Ibá



RICARDO YOUNG
Instituto Ethos



ROBERTO WAACK



RODRIGO CASTRO
Solidaridad Network



SERGIO MINDLIN
Instituto Ethos



SYLVIA COUTINHO
UBS Brasil



TASSO AZEVEDO



WALTER SCHALKA
Suzano

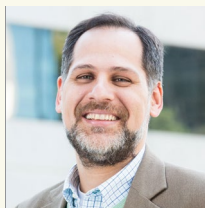
LIDERANÇAS DO GRUPO EXECUTIVO (EM 31/12/2020):



CARLOS ROXO



DENISE HILLS
Natura



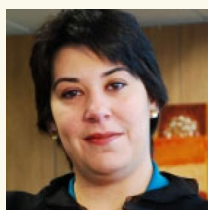
EDUARDO BASTOS
Bayer



FABIOLA ZERBINI
TFA



IVONE NAMIKAWA
Klabin



**JULIANA DE
LAVOR LOPES**
Amaggi



RENATA NOGUEIRA
Cargill



RENATA PIAZZON
Instituto Arapyau



RUBENS BENINI
TNC

COFACILITADORES E COORDENAÇÃO EXECUTIVA (EM 31/12/2020):



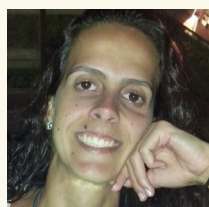
MARCELLO BRITO
Abag e cofacilitador



RACHEL BIDERMAN
CI e cofacilitadora



FERNANDA MACEDO
Coordenadora de
Comunicação e
Advocacy



LAURA LAMONICA
Coordenadora de
Relações Institucionais



MAIARA BECKRICH
Assessora de Gestão



JOICE OLIVEIRA
Assistente Geral

LÍDERES DOS FÓRUMS DE DIÁLOGO E FORÇAS-TAREFA (EM 31/12/2020)



ALESSANDRA FAJARDO
Bayer



ANA BASTOS
Amata



ANDREIA BONZO
Pinheiro Neto
Advogados



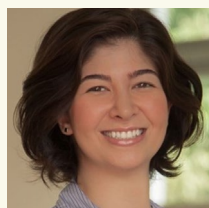
BETO MESQUITA
BVRio



BIANCA NAKAMATO
WWF



CINIRO COSTA JUNIOR
Imaflora



CLARISSA GANDOUR
CPI PUC-Rio



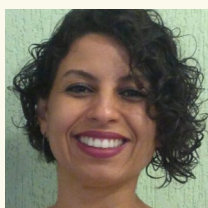
DIOGO BARDAL
IFC



EDUARDO BASTOS
Bayer



EDUARDO ROXO
Atina



ERIKA PINTO
IPAM



FABIANA REGUERO
Amaggi



FABIOLA ZERBINI
TFA



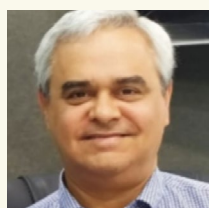
GABRIEL SIQUEIRA
IGT/UNICAMP



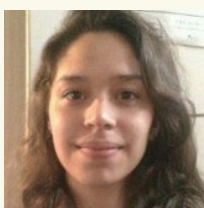
IVONE NAMIKAWA
Klabin



JOANA CHIAVARI
CPI PUC-Rio



JOSÉ CARLOS FONSECA
Ibá



JULIANA MONTI
Solidaridad Network



JULIANA SIMÕES
TNC



JULIANO ASSUNÇÃO
CPI PUC-Rio



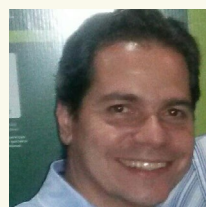
KALIL CURY
Partner
Desenvolvimento



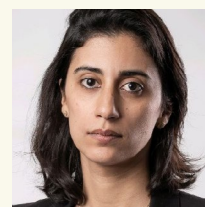
LAURA ANTONIAZZI
Agroicone



LEDA TAVARES
WWF



LEONARDO SOBRAL
Imaflora

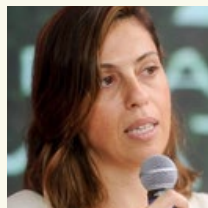


LIÈGE VERGILI
ABIEC

LÍDERES DOS FÓRUMS DE DIÁLOGO E FORÇAS-TAREFA (EM 31/12/2020):



LUCAS RIBEIRO
Abag



LUDMILA PUGLIESE
Pacto pela Restauração
da Mata Atlântica



LUIS OLIVEIRA
Imazon



MARCELO MATSUMOTO
WRI



MÁRCIO NAPPO
JBS



MARIANA PEREIRA
Solidaridad Network



MIGUEL CALMON
WRI



MILENA RIBEIRO
TNC



MÔNICA DIAS
Suzano



PAULA BERNASCONI
ICV



PAULO BARRETO
Imazon



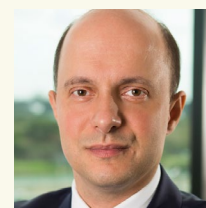
PAULO MOUTINHO
IPAM



PEDRO SOARES
IDESAM



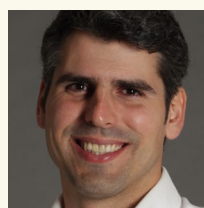
RODRIGO CIRIELLO
Futuro Florestal



RODRIGO LIMA
Agroicone



RUBENS BENINI
TNC



TÚLIO DIAS
Agropalma

**COALIZÃO
BRASIL**

CLIMA
FLORESTAS E
AGRICULTURA